

METALÚRGICA RIOSULENSE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO **AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM** **30 DE SETEMBRO DE 2018**

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

Fundada em abril de 1946, a Metalúrgica Riosulense S.A. (a “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, Brasil, Rua Emílio Adami, 700, Barra do Trombudo, CEP 89.164-910, onde se localiza também sua unidade fabril e tem como principal atividade a fabricação de peças e acessórios de alta precisão para veículos automotores e correlatos, através da fundição de metais ferrosos e não ferrosos, com fornecimento para o mercado interno e externo de montadoras e reposição. A Companhia tem suas ações negociadas na BM&FBovespa sob o código “ON RSUL3” e “PN RSUL4”.

Em 30 de setembro de 2018, a Companhia apresenta um passivo circulante de R\$ 129.962 em contraposição ao ativo circulante de R\$ 59.413, gerando passivos circulantes superiores em R\$ 70.549 (R\$ 82.491 em 31 de dezembro de 2017).

Com base no planejamento estratégico que contempla o exercício atual e os próximos quatro anos, a Companhia adotou e continua adotando diversas ações para recuperação da lucratividade e capacidade de geração de caixa, com ênfase as seguintes frentes de trabalhos:

a) Sistema de gestão produtiva: aprimoramento do processo de planejamento da produção através da implantação do sistema *lean* de produção, treinamento dos profissionais, integração entre as áreas produtivas e o fluxo de produção, os quais vem gerando ganho em escala nos processos produtivos e redução de custos fixos e variáveis.

b) Participação no mercado: no mercado interno de reposição a Companhia ampliou a linha de produtos vem recuperando a participação de mercado e mantém a ênfase na política de recuperação de margem; no mercado interno de OEM a empresa melhorou a rentabilidade e a participação. No mercado externo a Companhia continua se reposicionando quanto a recuperação de margem dos produtos e mantém a estratégia de abrir novos mercados que garantam a rentabilidade de seus produtos.

c) Despesas financeiras: A companhia mantém a estratégia de redução das despesas financeiras, adequação do endividamento através da negociação de créditos e impostos, ênfase na gestão de ciclo financeiro e a progressiva formação de capital de giro próprio, em busca do equilíbrio.

A Companhia manteve a estratégia de contenção de gastos, cujos limites estão enquadrados no planejamento orçamentário anual. Continua focada no gerenciamento do fluxo de caixa, com o equacionamento das dívidas tributárias e instituições financeiras.

As informações trimestrais do período findo em 30 de setembro de 2018 foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 26 de outubro de 2018.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As informações trimestrais foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das informações trimestrais foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações trimestrais. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, estimativas do valor das propriedades para investimento, estimativas do valor em uso dos terrenos e edificações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações trimestrais devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As informações trimestrais foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB).

A preparação das informações trimestrais requer o uso de certas estimativas contábeis e julgamento da administração da Companhia, sendo as mais relevantes divulgadas na nota explicativa 3.

As informações trimestrais apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação e elaboração dessas informações trimestrais, estão definidas a seguir. Estas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Transações em moedas estrangeiras

As informações trimestrais são mensuradas e estão apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional da Companhia, devido ao ambiente econômico em que a Companhia atua e na qual são realizadas suas principais operações.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional (Reais - R\$) em vigor na data do balanço. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos períodos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.2 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Ativos financeiros

A companhia classifica seus ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja mantê-los para recebimentos de fluxos de caixa contratuais. Os termos contratuais dos ativos financeiros tiveram origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

b. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

São ativos financeiros mantidos dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros, e que os termos contratuais do ativo financeiro tiverem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

c. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo por meio do resultado, a menos que sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos financeiros dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Reconhecimento e mensuração:

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação – data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo.

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está desvalorizado (*impairment*).

Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar.

a) Reconhecimento inicial e mensuração dos passivos financeiros

Passivos financeiros são classificados como mensurados subsequentemente ao custo amortizado. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

b) Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

2.3 Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, quando relevantes em relação às informações trimestrais tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às informações trimestrais tomadas em conjunto e, desta forma, não registrou nenhum ajuste.

2.4 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. A

Companhia realiza, anualmente, teste de recuperabilidade para os ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, sendo que para estas rubricas não foi destacada necessidade de provisão para redução ao valor recuperável nas datas dos balanços.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.6 Clientes

Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para “*impairment*” (perdas no recebimento de créditos). Na prática são reconhecidas ao valor faturado ajustado a valor presente, quando relevante, e ajustado pela provisão para perda no recebimento de créditos, a qual está apresentada como redução das contas a receber de clientes e constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber.

2.7 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de produção ou aquisição e estão registrados pelo menor valor entre o custo médio e o valor líquido realizável. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão de obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas. As provisões de estoques para baixa rotatividade e obsolescência são mensuradas com base em relatórios auxiliares que compreendem movimentação dos estoques e reposição desses no mercado e são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

2.8 Propriedades para investimento

Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que o custo foi incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos, excluindo os custos do serviço diário da propriedade para investimento. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data do balanço. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que forem gerados.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico

futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa.

Transferências são feitas para a conta de propriedade para investimento, ou desta conta, apenas quando houver uma mudança no seu uso. Se a propriedade ocupada por proprietário se tornar uma propriedade para investimento, a Companhia contabiliza a referida propriedade de acordo com a política descrita no item de imobilizado até a data da mudança no seu uso.

2.9 Imobilizado

Os ativos imobilizados estão avaliados ao custo de aquisição e/ou construção, incluindo encargos financeiros de empréstimos que financiaram a aquisição ou construção desses ativos, quando aplicável. Os ativos imobilizados são apresentados deduzidos das respectivas depreciações, com exceção de terrenos, que não são depreciados. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

Os gastos com manutenção ou reparos, que não aumentam significativamente a vida útil dos bens, são contabilizados como despesas, quando incorridos.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

Grupo patrimonial	Prazo
Edifícios e dependências	35 anos
Máquinas e equipamentos	20 anos
Equipamentos de informática	7 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	10 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.10 Intangível

São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização e de eventual provisão para ajustá-los a seus prováveis valores de realização, quando necessário. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados levando em conta o prazo estimado de geração de benefícios econômicos futuros, estando sujeito a teste de recuperabilidade anualmente ou sempre que indícios indicarem eventual perda de valor econômico. Os itens de intangíveis mantidos pela Companhia, são:

a) Marcas e patentes

Correspondem ao custo de registro para o uso de marcas e patentes que são concedidos por períodos indefinidos, assim, consideradas como de vida útil indefinida e sujeito a teste de recuperabilidade anualmente.

b) Programas de computadores (licenças de softwares)

As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada, que geralmente apresentam uma taxa de amortização de 6,67% ao ano.

Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso, pelo período dos benefícios econômicos futuros. Durante o período de desenvolvimento, o valor recuperável do ativo é testado anualmente.

2.11 Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente e acrescidos de juros, quando aplicável.

2.12 Empréstimos e financiamentos

Geral

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate (pagamentos) é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Arrendamentos financeiros

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem a Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantis financeiros, de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Custo dos empréstimos e financiamentos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda, quando qualificáveis são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. Em 30 de setembro de 2018 e em 30 de setembro de 2017 a Companhia não possui nenhum ativo qualificável para a capitalização dos juros.

2.13 Provisões

Provisões gerais

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Provisões para litígios (riscos tributários, cíveis e trabalhistas)

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.14 Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

Venda de produtos e serviços

A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos pelo curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece receita quando:

- i) Ocorrer à transferência para o comprador dos riscos e benefícios inerentes à propriedade dos bens;
- ii) O valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- iii) É provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e,
- iv) Quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com as vendas tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo do cliente, o tipo de transação e as especializações de cada venda.

2.15 Impostos

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

Impostos diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto: (i) quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; (ii) quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e (iii) o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a recolher, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas:

Impostos	Alíquota
ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços	4%, 7%, 12%, 17% e 25%
IPI - Imposto sobre produtos industrializados	5% a 12%
PIS - Programa de integração social	1,65%
COFINS - Contribuição para financiamento da seguridade social	7,6%
CPRB – Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta	2,5%

2.16 Lucro (prejuízo) por ação

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício social.

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição.

Não existem itens que possam gerar diferenças relevantes entre o lucro (prejuízo) básico e o diluído.

3. JULGAMENTO E USO DE ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

A preparação das informações trimestrais da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das informações trimestrais. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas informações trimestrais. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Avaliação do valor justo das propriedades para investimento

A Companhia apresenta suas propriedades para investimento a valor justo, sendo as mudanças no valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. A Companhia contratou avaliadores independentes especializados para determinar o valor justo em 31 de dezembro de 2017. Para propriedades para investimento, o avaliador utilizou técnica de avaliação de valor de mercado dada a natureza das propriedades. O valor justo determinado das propriedades para investimento é sensível ao rendimento estimado, bem como à taxa de vacância de longo prazo.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição

aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Outras políticas contábeis que requerem uso de julgamento e estimativas, são:

- a) Análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- b) Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis; e,
- c) Constituição de provisão para perdas nos estoques.

4. ADOÇÃO INICIAL AOS NOVOS PRONUNCIAMENTOS EMITIDOS

. CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes

Esse CPC, aprovado em novembro de 2016 pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, está vigente para os períodos iniciados a partir de 01 de janeiro de 2018. Essa norma baseia-se no princípio de que as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços ao cliente. Esse CPC substitui o CPC 17 - "Contratos de Construção".

Atualmente as receitas de contratos com clientes elegíveis para fins de CPC 47 referem-se a vendas decorrentes da atividade de fabricação de peças e acessórios de alta precisão para veículos automotores e correlatos que contemplam obrigações pós-vendas, descontos atrelados a performance ou qualquer outra forma de obrigações pós-vendas.

. CPC 48 - Instrumentos Financeiros

Esse CPC, aprovado em novembro de 2016 pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, está vigente para os períodos iniciados a partir de 01 de janeiro de 2018. Essa norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. Esse CPC substitui a orientação no CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

A Companhia adotou nestas demonstrações financeiras os novos pronunciamentos contábeis e elegeu como data de transição o dia 1º de janeiro de 2018, portanto os efeitos relativos às operações existentes em 31 de dezembro de 2017 foram reconhecidos em lucros acumulados.

A conciliação do patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2018, determinado de acordo com a prática contábil anterior e nova prática é apresentada a seguir:

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	01/01/2018
De acordo com as práticas contábeis anteriores	(31.747)
Reconhecimento da previsão de obrigações pós-vendas	(851)
Reconhecimento do custo sobre previsão de obrigações pós-vendas	409
Tributos Diferidos sobre as obrigações pós-vendas	150
Reconhecimento de perdas esperadas de clientes	129
Tributos Diferidos sobre perdas esperadas de clientes	(43)
De acordo com o Patrimônio Líquido	(31.953)

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/09/2018	31/12/2017
Caixa	1	6
Banco conta movimento	39	160
Total de caixa e equivalente a caixa	40	166

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	30/09/2018	31/12/2017
Banco conta corrente vinculada a empréstimos	295	24
Títulos de capitalizações/Seguro reembolsável	61	149
Total de bancos e aplicações financeiras	356	173
Circulante	329	151
Não circulante	27	22

7. CLIENTES

	30/09/2018	31/12/2017
Contas a receber de clientes mercado interno	23.748	14.714
Contas a receber de clientes mercado externo	7.107	4.673
Total do contas a receber	30.855	19.387
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(699)	(914)
Total de clientes	30.156	18.473

Contas a receber de clientes por idade de vencimento	30/09/2018	31/12/2017
Títulos a vencer superior a 90 dias	184	300
Títulos a vencer até 90 dias	29.132	17.161
Vencidos em até 90 dias	911	1.320
Vencidos de 90 a 180 dias	123	95
Vencidos superior a 180 dias	505	511
Contas a receber de clientes	30.855	19.387

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

Movimentação provisão para créditos de liquidação duvidosa	30/09/2018	31/12/2017
Saldo no início do exercício/período	(914)	(1.219)
Adições	(56)	(117)
Baixas	271	422
Saldo no final do exercício/período	(699)	(914)

8. ESTOQUES

	30/09/2018	31/12/2017
Produtos acabados	6.281	6.951
Mercadorias para revenda	455	363
Produtos em elaboração	6.193	4.700
Matéria prima	2.745	2.957
Almoxarifado	2.009	1.998
Obrigações pós-venda - CPC 47	45	-
Provisão para estoques obsoletos	(244)	(187)
Total dos estoques	17.484	16.782

A movimentação da provisão para estoques obsoletos está demonstrada a seguir:

Movimentação provisão para estoques obsoletos	30/09/2018	31/12/2017
Saldo no início do exercício/período	(187)	(940)
Adições	(71)	(138)
Baixas	14	891
Saldo no final do exercício/período	(244)	(187)

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

	30/09/2018	31/12/2017
PIS a recuperar	16	11
COFINS a recuperar	78	54
ICMS a recuperar	481	808
IRRF a recuperar	17	17
IR a recuperar - Prejuízo Fiscal	7.315	21.684
CS a Recuperar - Base Negativa	2.633	7.806
Total impostos a recuperar	10.540	30.380
Circulante	10.470	30.239
Não circulante	70	141

10. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

	30/09/2018	31/12/2017
Terrenos e Edifícios mantidos para investimentos	27.065	27.065
Outros investimentos	278	267
Total propriedades para investimento	27.343	27.332

As propriedades para investimento (substancialmente terrenos) são registradas a valor justo, que foi determinado com base em avaliações realizadas por Companhia especializada e independente. As principais premissas utilizadas pelos especialistas para apurar o valor do imóvel pelo método comparativo direto foram as seguintes:

- Amostras de mesmo zoneamento no plano diretor do município.
- Tempo de venda: Até 3 anos.
- Tempo de implantação: Até 6 meses.
- Impostos e taxas de corretagem: Aplicado de acordo com a legislação vigente.

11. IMOBILIZADO

	Terrenos	Edifício e dependências	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Móveis e utensílios	Veículos	Imobilizado em andamento	Total
Taxa anual de depreciação	-	3%	5%	14%	10%	10%	-	
Saldo em 31/12/2016	34.952	19.883	49.470	311	313	271	1.481	106.681
Adições	-	-	860	63	23	-	4.709	5.655
Baixas	-	-	(7.561)	-	(3)	(68)	(40)	(7.672)
Transferências	-	319	283	-	-	-	(602)	-
Depreciação	-	(716)	(4.688)	(122)	(70)	(33)	-	(5.629)
Baixas da depreciação	-	-	2.977	-	1	66	-	3.044
Saldo em 31/12/2017	34.952	19.486	41.341	252	264	236	5.548	102.079
Adições	-	4	1.410	123	25	-	1.201	2.763
Baixas	-	-	(613)	-	(1)	(3)	(4)	(621)
Transferências	-	585	3.188	-	-	-	(3.773)	-
Depreciação	-	(619)	(3.368)	(77)	(38)	(25)	-	(4.127)
Baixas da depreciação	-	-	589	-	-	-	-	589
Saldo em 30/09/2018	34.952	19.457	42.547	298	250	208	2.972	100.684

Nas informações trimestrais a depreciação foi registrada no resultado do período findo em 30 de setembro de 2018 totalizando R\$ 4.127, sendo R\$ 4.040 classificadas como custos, R\$ 20 como despesas comerciais e R\$ 67 como despesas administrativas (R\$ 4.199, R\$ 20, R\$ 64, respectivamente para o período findo em 30 de setembro de 2017).

Os empréstimos e financiamentos bancários da Companhia estão garantidos por bens do Imobilizado, em sua maior parte por bens móveis, máquinas e equipamentos, conforme nota explicativa de empréstimos. Baixas de imobilizado em andamento em 2018, referem-se à venda de ferramental.

12. INTANGÍVEL

	Marcas e patentes	Programas de computador	Total
Taxa anual de amortização	-	6,67%	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	22	894	916
Adições	-	127	127
Baixas	(9)	(3)	(12)
Amortizações	-	(223)	(223)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	13	795	808
Adições	9	77	86
Amortizações	-	(128)	(128)
Saldo em 30 de setembro de 2018	22	744	766

As despesas com amortizações totalizam R\$ 128, e foram registradas ao resultado como R\$ 78 em custo dos produtos vendidos, o montante de R\$ 1 como despesas comerciais e o montante de R\$ 49 como despesas administrativas para o período findo em 30 de setembro de 2018 (R\$ 94, R\$ 2, R\$ 72, respectivamente para o período findo em 30 de setembro de 2017).

13. FORNECEDORES

	30/09/2018	31/12/2017
Fornecedores de mercadorias	6.857	5.392
Fornecedores de serviços	1.429	1.123
Total fornecedores	8.286	6.515
Vencidos	27	39
À Vencer	8.259	6.476

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Modalidade	Juros mensal	Garantias	30/09/2018	31/12/2017
Capital de Giro	0,49%+100% do CDI	Duplicata/Hipoteca	6.219	11.278
ACC	11,09% ao ano	Aval	1.807	1.277
ACE	9,64% ao ano	Aval	1.661	1.080
Conta Garantida	1,4% ao mês	Duplicata	-	679
Empréstimo	0,59% ao mês + TJLP	Hipoteca	164	2.114
Finame/Finep	0,29% ao mês + TJLP	Alienação Fiduciária	-	273
Prodec	2% ao ano		45	3.825
Limite	13,45% ao mês		38	53
Total de empréstimos e financiamentos			9.934	20.579
Circulante			8.035	16.199
Não circulante			1.899	4.380
Por data de vencimento			30/09/2018	31/12/2017
Em até 6 meses			6.136	13.457
De 6 meses a 1 ano			1.899	2.742
De 1 a 2 anos			1.899	3.505
De 2 a 3 anos			-	875
Total de empréstimos e financiamentos			9.934	20.579

Os contratos mantidos com as instituições financeiras não apresentam cláusulas restritivas ("Covenants").

15. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	30/09/2018	31/12/2017
Salários a pagar	1.587	706
Provisão de férias e 13º salário a pagar	4.783	2.705
INSS a recolher	23.819	23.421
FGTS a recolher	226	248
IRRF sobre salários recolher	112	125
Acordos Trabalhistas	271	482
Sesi e Senai a recolher	5.161	5.028
Outros	398	686
Total obrigações sociais e trabalhistas	36.357	33.401

16. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	30/09/2018	31/12/2017
PIS	5.485	5.351
COFINS	38.172	37.171
ICMS	1.783	2.632
IRPJ/CSLL a Recolher	758	-
Outros	45	18
Total obrigações tributárias	46.243	45.172

17. PARCELAMENTO TRIBUTÁRIO

	30/09/2018	31/12/2017
COFINS	2.457	2.799
ICMS	20.923	19.424
INSS	1.019	-
FGTS	1.990	2.422
Refis (a)	35.038	34.651
PERT (b)	10.852	29.951
Outros	240	148
Total parcelamento tributário	72.519	89.395
Circulante	27.463	45.241
Não circulante	45.056	44.154

a) Refis

A Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) para impostos federais e previdenciários, conforme facultado pela Lei nº 12.996/2014. Foram inclusos no programa valores devidos de PIS, COFINS, IRRF e contribuições previdenciárias. Os pedidos de parcelamento, protocolados em 29 de agosto de 2014, serão liquidados em 180 meses com atualização monetária pela variação da Selic.

Os saldos deste parcelamento estão abaixo apresentados:

Saldo devedor original	97.261
Multa e juros compensados com prejuízos fiscais e bases negativas	(14.426)
Redução de multa e juros conforme lei 11.941/09	(24.304)
	<hr/>
Amortizações ocorridas	(16.537)
Estorno multa e juros compensados com prejuízos fiscais e bases negativas – Consolidação (Nota 17)	4.857
Estorno redução de multa e juros - Consolidação	8.768
Exclusão parcial dos débitos inclusos - Consolidação	(27.535)
Apropriação juros s/ saldo devedor	6.954
	<hr/>
	35.038
(-) Parcela classificada no circulante	(9.871)
	<hr/>
Passivo não circulante	25.167
	<hr/>

b) PERT

A Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Tributária (PERT) para impostos federais e previdenciários, conforme facultado pela Medida Provisória nº 783 de 31 de maio de 2017 e Lei nº 13.496 de 24 de outubro de 2017. Foram inclusos no programa valores devidos de PIS, COFINS, IRRF, IRPJ e Contribuições Previdenciárias. O pedido de parcelamento, protocolado em 31 de agosto de 2017, será liquidado com entrada de 5% parcelada em 5 meses, com atualização monetária pela variação da Selic. O restante da dívida será compensado integralmente na consolidação com crédito tributário de IRPJ sobre prejuízo fiscal e CSLL sobre base negativa registrados no ativo circulante.

Os saldos deste parcelamento estão abaixo apresentados:

Saldo devedor original	48.255
Redução de multa e juros conforme MP 783/2017	(16.356)
	<hr/>
Amortizações ocorridas	(2.574)
Principal, multa e juros compensados com prejuízos fiscais e bases negativas	(19.542)
Apropriação juros s/ saldo devedor	1.069
	<hr/>
	10.852
	<hr/>
Parcela classificada no circulante	10.852
	<hr/>

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social - conciliação com o resultado

A Companhia apura o imposto de renda e a contribuição social pelo lucro real. A provisão para imposto de renda foi constituída com alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, e da contribuição social com alíquota de 9%.

	30/09/2018	31/12/2017
Lucro/Prejuízo antes dos impostos	11.327	12.828
Alíquota nominal	34%	34%
IRPJ/CSLL antes das adições/exclusões	(3.851)	(4.362)
Adições/Exclusões Bases de Cálculo	96	5.676
IRPJ e CSLL calculados a alíquota nominal (Resultado)	(3.755)	(1.314)
Prejuízos Fiscais e Base Negativa (Ativo)	9.948	29.490
Refis	(46)	-
Outras diferenças permanentes (não dedutíveis)	1.646	(4.266)
Imposto de renda e contribuição social efetivo	(2.155)	23.910
Imposto de renda e CSSL correntes	(3.755)	(1.314)
Constituição/Reversão IRPJ/CSLL diferidos sobre diferença temporária – Diversas	1.600	(4.266)
Constituição Impostos Diferidos	-	29.490
Imposto de renda diferido	(2.155)	23.910

b) Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos

	30/09/2018	31/12/2017
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Adoção CPC 47)	238	310
Provisão para estoque obsoleto	83	64
Provisão multas e juros (INSS, IRRF, PIS, COFINS, ICMS)	8.744	7.251
Provisão comissões a pagar	216	143
Obrigações pós-venda (Adoção CPC 48)	16	
Arrendamento mercantil (Adoção CPC 06 - RTT)	(525)	(524)
Custo atribuído (Adoção CPC 37 - RTT)	(13.961)	(14.266)
Depreciação societária (Adoção CPC 27 – RTT)	(5.919)	(5.837)
Propriedade para investimento (Adoção CPC 28 – RTT)	(8.382)	(8.382)

Reserva de reavaliação	(425)	(427)
Imposto de renda e contribuição social diferido, líquido	(19.915)	(21.668)
Saldo Inicial	(21.668)	(19.617)
Estorno Compensação Refis (Nota 17)	-	2.215
Valor registrado ao resultado do exercício	1.646	(4.266)
Ajustes de Exercícios Anteriores	107	-
Saldo Final	(19.915)	(21.668)

i) Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social

A Companhia apresenta prejuízo fiscal acumulado de R\$ 62.026 (R\$ 119.370 em 31 de dezembro de 2017) e base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido de R\$ 61.987 (R\$ 119.330 em 31 de dezembro de 2017) em 30 setembro de 2018, representando um crédito tributário de R\$ 21.085 (R\$ 40.582 em 31 de dezembro de 2017). A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal.

19. PROVISÃO PARA LITÍGIOS

A Companhia mantém provisões para litígios fiscais, cíveis e trabalhistas, cuja possibilidade de perda foi avaliada como de risco “provável” pelos assessores jurídicos externos. A administração da Companhia prevê que a provisão para litígios constituída é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos judiciais. Parte destes litígios está suportada por depósitos judiciais relacionadas aos processos em discussão.

	Trabalhista	Cíveis	Tributária	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	596	143	9.662	10.401
Constituição de provisões	-	-	4.873	4.873
Saldo em 30 de setembro de 2018	596	143	14.535	15.274
Depósitos judiciais relacionados	(176)	-	(266)	(442)

Adicionalmente a Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como perdas possíveis, com base na avaliação de nossos consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	30/09/2018
Ações trabalhistas	282
Ações tributárias	49.578
Ações Cíveis	1.600
Total de perdas possíveis	51.460

Cabe ressaltar que tais valores têm cunho apenas informativo, não havendo provisão contábil para tais causas. Ao menos uma vez ao ano a Companhia realiza a atualização formal de seus consultores externos a fim de certificar da situação de seus processos e, mensalmente, o departamento jurídico realizada as análises necessárias para obter entendimento do avanço das causas.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, pertencente a acionistas domiciliados no País, é de R\$ 9.214, sendo composto por 343.000 (trezentas e quarenta e três mil) ações ordinárias escriturais e 240.000 (duzentas e quarenta mil) ações preferenciais escriturais, totalizando 583.000 (quinhentas e oitenta e três mil) ações. As ações preferenciais, sem direito a voto nas assembleias gerais, gozam dos seguintes direitos e privilégios:

- a) Direito ao recebimento de um dividendo, por ação preferencial, 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária.
- b) Participação em igualdade de condições, com as demais ações, ressalvado o disposto no item “a”, na distribuição de dividendos, no recebimento de bonificações provenientes da Reserva de Capital, de Reavaliação de Ativos, de Capitalização de Reservas de Lucro ou das utilizações de quaisquer fundos.
- c) Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de encerramento das atividades da Sociedade.
- d) Direito de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, pelas mesmas condições desta alienação.

b) Ajuste de avaliação patrimonial

A conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial refere-se ao custo atribuído ao imobilizado registrado na data de transição ao CPC/IFRS, que está sendo realizado contra Lucros Acumulados proporcionalmente a depreciação dos bens que lhe deram origem.

No período findo em 30 de setembro de 2018, foram realizados o montante de R\$ 597, (R\$ 713 em 30 de setembro de 2017) referente reavaliação e custo atribuído e contabilizado na conta de lucros acumulados.

21. TRANSAÇÕES E SALDOS ENTRE PARTES RELACIONADAS

O acionista controlador da Companhia é a Stramosk Participações S.A., o qual possui 90% das ações ordinárias e 34,72% das ações preferenciais.

A Companhia mantém as seguintes transações com partes relacionadas.

	30/09/2018	31/12/2017
Adiantamentos aos administradores (Ativo não circulante)	540	657
Pró-labore (Passivo circulante) (a)	107	-

(a) Valores classificados em obrigações sociais e trabalhistas.

As transações estabelecidas e acima apresentadas não preveem qualquer atualização sobre os termos firmados.

Remuneração dos administradores

Conforme estabelecido e aprovado nas atas da Assembleia Geral Ordinária de 27 de abril de 2018, os montantes da remuneração anual paga ao pessoal chave da administração são divulgados a seguir, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 05 - Divulgação Sobre Partes Relacionadas:

	<u>Membros</u>	<u>30/09/2018</u>	<u>30/09/2017</u>
Conselho de administração	5	730	555
Diretoria administrativa	1	525	490
		<u>1.255</u>	<u>1.045</u>

Em 30 de setembro de 2018 a administração da Companhia era composta por 5 conselheiros e 1 diretor estatutário. Os membros do Conselho de Administração foram remunerados respeitando os limites aprovados pela AGO.

Não há benefícios de longo prazo pós-emprego.

22. RECEITA DE VENDAS

	<u>30/09/2018</u>	<u>30/09/2017</u>
Receita reposição/revenda mercado interno	61.689	57.512
Receita montadora mercado interno	62.878	50.712
Receita Ferroviário	10.781	6.974
Receita mercado externo	16.486	15.081
Receita venda sucata	489	179
Receita operacional bruta	<u>152.323</u>	<u>130.458</u>
(-) Deduções e abatimentos	(1.056)	(675)
(-) Impostos sobre as vendas	(40.047)	(34.879)
Receita operacional líquida	<u>111.220</u>	<u>94.904</u>

23. DESPESAS OPERACIONAIS

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelas normas contábeis, apresenta a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

Despesas por natureza	30/09/2018	30/09/2017
Custos dos produtos/serviços vendidos	(73.579)	(62.265)
Despesas com vendas e distribuição	(10.108)	(8.948)
Despesas gerais e administrativas	(9.009)	(6.359)
Outras receitas e despesas	3.024	886
Total despesas por natureza	(89.672)	(76.686)

Despesa por função	30/09/2018	30/09/2017
Custos dos bens e serviços	(34.368)	(24.695)
Despesa com comissões	(4.046)	(3.858)
Despesa com fretes	(1.330)	(1.350)
Outras despesas com vendas	(648)	(245)
Despesa com folha de pagamento	(30.133)	(28.800)
Energia elétrica	(5.049)	(4.581)
Serviços de terceiros	(10.077)	(7.536)
Outras despesas administrativas	(2.790)	(2.056)
Despesa com depreciação e amortização	(4.255)	(4.451)
Outras receitas e despesas operacionais	3.024	886
Total despesas por função	(89.672)	(76.686)

24. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	30/09/2018	30/09/2017
Recuperação de receita	7.870	1.558
Receita com venda de ativo imobilizado	68	20
Indenizações recebidas	9	11
Receitas diversas	38	150
Despesas diversas	(4.961)	(853)
Total outras receitas e despesas	3.024	886

25. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

Receitas financeiras	30/09/2018	30/09/2017
Variação cambial ativa	2.443	1.077
Empréstimos subsidiados	14	81
Receitas sobre aplicação financeira	8	20
Juros recebidos	51	61
Descontos obtidos	13	10
Outras receitas financeiras	15	3
PERT	-	6.433
Total receitas financeiras	2.544	7.685
Despesas financeiras	30/09/2018	30/09/2017
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(1.222)	(2.131)
Multa e juros sobre fornecedores	(12)	(54)
Multa e juros sobre impostos	(8.344)	(11.097)
Variação cambial	(2.557)	(1.340)
Descontos concedidos	(413)	(632)
IOF	(33)	(50)
Refis	(74)	(2.668)
Outras despesas	(110)	(138)
Total despesas financeiras	(12.765)	(18.110)
Resultado financeiro líquido	(10.221)	(10.425)

26. LUCRO OU PREJUÍZO POR AÇÃO

A Companhia apresenta o mesmo valor do resultado, básico e diluído, por não possuir ações potenciais diluídas:

	30/09/2018	30/09/2017
Resultado atribuível aos acionistas da Companhia	9.172	21.366
Ações ordinárias em poder dos acionistas (em ações)	343.000	343.000
Ações preferenciais em poder dos acionistas (em ações)	240.000	240.000
Resultado básico e diluído por ação ordinária – R\$	15,11	35,20
Resultado básico e diluído por ação preferencial – R\$	16,62	38,72

27. OBJETIVOS E POLÍTICAS PARA GESTÃO DE RISCOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

Recebíveis: São classificados como recebíveis os valores de numerário em poder da Companhia e depósitos bancários de livre movimentação, contas a receber e outros ativos circulantes, cujos valores registrados aproximam-se, na data do balanço, aos de realização.

Empréstimos e financiamentos: São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos diferem de seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas pré-fixadas que diferem das atuais taxas de mercado praticadas.

Outros passivos financeiros: São classificados neste grupo os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos circulantes.

Valor justo: Os valores justos dos instrumentos financeiros são similares aos valores contábeis.

Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros: A Administração da Companhia realiza o gerenciamento a exposição aos riscos de crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios.

a) Risco de taxas de câmbio

A Companhia administra os riscos de mercado através de hedge naturais, visando minimizar a exposição a possíveis perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio. A Companhia possui ativos e passivos atrelados à moeda estrangeira nas informações trimestrais de 30 de setembro de 2018 e, para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário Provável a taxa de mercado vigente no período de elaboração destas demonstrações. Para o cenário Possível esta taxa foi corrigida em 25% e para o cenário Remoto, em 50%. Desta forma, o quadro abaixo demonstra a simulação do efeito de variação cambial na demonstração de resultado. Abaixo apresentamos a análise de sensibilidade da exposição ao câmbio.

	Moeda	30/09/2018	Cenário provável		Cenário possível		Cenário remoto	
			Taxa	Efeito no resultado	Taxa	Efeito no resultado	Taxa	Efeito no resultado
Ativos								
Contas a receber	US\$	1.692	4,00	(6)	5,00	1.686	6,00	3.378
Passivos								
Financiamentos	US\$	866	4,00	3	5,00	(863)	6,00	(1.729)
Efeito no resultado				(3)		823		1.649

A análise de sensibilidade da variação cambial está sendo calculada sobre a exposição cambial líquida (basicamente por adiantamentos de contrato de câmbio) e não foi considerado o efeito nos cenários sobre a projeção de vendas de exportação que de certa forma fará frente à eventual perda cambial futura.

b) Risco de taxa de juros

Para a política de gerenciamento do risco de taxa de juros, a Companhia adota a estratégia de diversificação de instrumentos financeiros lastreado em taxas fixas e variáveis, monitorando continuamente o mercado, a fim de identificar eventual necessidade de alteração no seu posicionamento. Os empréstimos e financiamentos, exceto aqueles contratados em moeda estrangeira, são atrelados à taxa de juros pós-fixada. Abaixo apresentamos a análise de sensibilidade da exposição de juros.

	Indexador	30/09/2018	Cenário provável		Cenário possível		Cenário remoto	
			Taxa a.a.	Efeito no resultado	Taxa a.a.	Efeito no resultado	Taxa a.a.	Efeito no resultado
Financiamentos								
Capital de giro/Financ.	CDI	9.889	14,44%	(1.428)	18,05%	(1.785)	21,66%	(2.142)
Prodec	-	45	2,00%	(1)	2,50%	(1)	3,00%	(1)
Efeito no resultado				(1.429)		(1.786)		(2.143)

c) Risco de crédito

A política de gerenciamento do risco de crédito se pauta no permanente monitoramento e manutenção das concessões e limites de crédito, adotando, quando necessário, o acompanhamento do nível de endividamento e liquidez dos clientes. Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia somente realiza operações em instituições julgada com baixo risco pela administração.

d) Risco de preço dos materiais

Para se proteger do risco de perdas com flutuações nos preços dos materiais, a administração da Companhia mantém sua estratégia focada no controle físico dos estoques, adotando a política de estocagem na eminência de elevações significativas no preço da matéria-prima, e de baixas posições de estoque na situação inversa.

e) Risco de liquidez

A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos.

f) Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas.

28. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

Em função da concentração de suas atividades descritas na Nota 1, a Companhia está organizada em uma única unidade de negócio. Os produtos da Companhia são comercializados através de diferentes canais de distribuição e não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada. Essa visão está sustentada nos seguintes fatores:

- não há divisões em sua estrutura para gerenciamento das diferentes linhas de produtos, marcas ou canais de venda; e,
- a sua unidade fabril é única para todos os produtos.

Para fins gerenciais a Administração acompanha a receita líquida e o custo por canal de venda, conforme demonstrado a seguir:

	Reposição		Montadora		Ferroviário		Exportação		Total	
	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
Receita líquida	38.573	35.973	48.160	38.333	8.501	5.556	15.986	15.042	111.220	94.904
Custos sobre vendas	(18.568)	(16.422)	(40.123)	(32.499)	(5.791)	(3.705)	(9.097)	(9.639)	(73.579)	(62.265)
Lucro/Prejuízo	6.119	33.143	(785)	(22.951)	831	2.504	3.007	8.670	9.172	21.366

A receita do mercado externo e interno está demonstrada na Nota 22.

A companhia possui 3 clientes que individualmente representam aproximadamente 31,50% das vendas os quais destacamos: i) Mercedes-Benz do Brasil Ltda; ii) Scania Latin America Ltda; e iii) International Industria Automotiva da América do Sul Ltda.

29. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia trabalha continuamente com a identificação, análise e administração de riscos, verificando a melhor forma de gerenciamento de transferência, absorção ou compartilhamento do risco com o mercado segurador. As premissas são de responsabilidade da administração da Companhia. Os bens estão assegurados conforme discriminado a seguir:

Modalidade	Objeto	Cobertura	Vigência
Casco (avaliado pela tabela FIPE)	Veículos	R\$ 212 (Mil)	Diversos
Incêndio, inclusive quando decorrente de tumulto, explosão de qualquer natureza e queda de raio, desde que ocorrida dentro da área do terreno ou edifício onde estiverem localizados os bens segurados, danos elétricos, lucros cessantes, responsabilidade civil do empregador e operações, vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo, impacto de veículos terrestres e aéreos e fumaça.	Prédio / Maquinismo / Móveis e Utensílios / Mercadorias e Matérias-primas	R\$ 94.000 (Mil)	De 18/03/2018 a 18/03/2019